

INFERENCIALISMO, ANÁFORA E NOMES PRÓPRIOS

INFERENTIALISM, ANAPHORA AND PROPER NAMES

Josailton Fernandes de Mendonça¹

RESUMO: O artigo demonstra como o modelo *scorekeeping deontic* de Robert Brandom oferece as condições para elucidar dificuldades concernentes ao uso de sentenças, indexicais demonstrativos e nomes próprios. Com este objetivo o trabalho procura esclarecer como este modelo confere conteúdo conceitual (significado) a estas expressões da linguagem pelo compromisso inferencial, substitucional e anafórico a que aquelas expressões estão ligadas. Assim, o texto irá apoiar-se particularmente no capítulo 7 do *Making it explicit* com algumas incursões por seções do capítulo 3, 6 e 8.

PALAVRAS-CHAVE: Inferencialismo. Anáfora. Significado. Sentenças. *Scorekeeping*.

ABSTRACT: The article demonstrates how Robert Brandom's deontic scorekeeping model offers the conditions to elucidate difficulties concerning the use of sentences, indexicals, demonstrative and proper names. With this aim the work seeks to clarify how this model confers conceptual content (meaning) to these expressions of language by the inferential, substitutional and anaphoric commitment to which those expressions are linked. The text, therefore, will focus particularly on chapter 7 of *Making It Explicit* with some forays into sections in chapters 3, 6, and 8.

KEYWORDS: Inferentialism. Anaphora. Meaning. Sentences. *Scorekeeping*.

1. OS MECANISMOS INFERENCIAIS

Esta seção será usada para apresentar os mecanismos inferenciais. Estes mecanismos permitirão indicar, nas seções seguintes, a função da anáfora na determinação e identidade dos objetos. A propósito, é objeto o referente da prática discursiva, através das expressões sentenciais, expressões subsentenciais (termos singulares e predicados) e indexicais (demonstrativos e dêiticos).

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do departamento de Filosofia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN. Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3268848077045196>. Email: josailtonf@gmail.com

É importante, neste sentido, situar a tese inferencialista de Robert Brandom no contexto dos problemas clássicos da semântica fregeana-russelliana: como os objetos nos são dados por meio da linguagem? Como é constituído o significado das expressões da linguagem? O que é exatamente o significado para se diferenciar do ato de referir? Nomes próprios têm sentido e referência? O que é inferir? Qual a função da prática discursiva no ato de inferir e que dá sentido às expressões da linguagem? Ao que parece, a originalidade de Brandom não está nas questões propostas, mas na alternativa de resposta.

Ao situar estas respostas no contexto do pragmatismo, Brandom reivindica para este a prioridade frente à semântica. De fato, aqui os fatores pragmáticos não estão somente envolvidos na determinação do conteúdo do que dizemos, mas se constituem na condição mesma do sentido das expressões da linguagem.

É na prática discursiva que, segundo Brandom, se manifesta o que o homem é: um ente capaz de dar razões. E, como tal, capaz de seguir as regras determinantes dessa prática. Regras que por sua vez remetem a uma complexa rede de articulações sociais promovidas por este mesmo homem.

É claro que há toda uma fundamentação que permite situar essa concepção de Brandom em uma ou mais tradições filosóficas e, muito embora ele faça sinalizações constantes a este *background*, não é objetivo deste *paper* retomar esta fundamentação justificando, por exemplo, o fato de inserir-se numa tradição hegeliana. Entretanto, parece-nos apropriado considerar a tradição fregeana-russelliana em filosofia da linguagem, principalmente no que se refere a categorias lógico-semânticas como, por exemplo, inferir.

Inferir, na tradição da lógica dedutiva que remete a Aristóteles, envolve o ato de extrair uma conclusão de um conjunto de premissas dadas em um argumento. Como um ato lógico por excelência, é regido por regras precisas que garantem e justificam as relações de consequência ou implicação lógica que deve existir entre as premissas e a conclusão.

Ademais, na medida em que estamos sempre exigindo justificativas para nossos atos, parece que a prática de inferir não se restringe à lógica das argumentações válidas, mas se estende à própria prática discursiva, vindo a se constituir no cerne dessa mesma prática. Esta como tal é implicitamente normativa, no sentido em que no seu exercício estamos sempre julgando como correto ou incorreto, apropriado ou não determinadas inferências realizadas.

Neste processo algumas consequências se revelam essenciais. Talvez uma das mais importante é o fato de que os envolvidos na prática discursiva atribuem sentido (conteúdo conceitual) às expressões a partir de uma articulação inferencial e relação com o outro. Portanto, inferir ocorre no contexto interpessoal, como um aspecto essencialmente social de comunicação.

De acordo então com esse modelo, os praticantes linguísticos ao fazerem suas inferências encontram-se comprometidos com a inteligibilidade da expressão da crença, isto é, quem faz uma asserção — expressão inteligível da crença — tem a intenção de que aquele que ouve a adote por reconhecer que esta era crença do falante que proferiu a asserção. Esse reconhecimento figura como elemento determinado na prática de dar e exigir razões. Conseqüentemente, o ato de asserir, da mesma forma em que não pode estar desvinculado do ato de inferir, é essencialmente normativo.

Mas, se por um lado o compromisso envolvido no ato de fazer asserções envolve a relação entre a crença de quem proferiu e a adesão de quem ouviu, há autorizações a que se está submetido todo praticante do ato linguístico. Isso significa dizer que a prática discursiva, não obstante seus compromissos, encontra-se vinculada a autorizações que dizem respeito ao que é apropriado ou não inferir, segundo as regras ou normas que regem essa mesma prática.

Portanto, no jogo de dar e exigir razões, os praticantes da linguagem registram os compromissos e autorizações de acordo com aquelas normas cujo seguimento dão sentido àquelas práticas. Esses praticantes são o que Brandom chama de *Scorekeepers* deônticos. Como é uma atividade social, os *scorekeepers* registram, segundo as circunstâncias, o que é permitido e o que é obrigatório no ato de inferir. Assim, “[...] em qualquer estágio, o que é permitido e o que é obrigado fazer depende do *score* (registro) e das consequências que esse fazer tem para o *score*. Ser racional [...] é dominar na prática a evolução do *score*”². A prática linguística tem função análoga a do *score* em um jogo: registrar e determinar a performance dos envolvidos no jogo.

Destarte, com o modelo do *scorekeeping* deôntico Brandom explicitará como a prática discursiva pode conferir significado (conteúdo conceitual) às expressões sentenciais, às expressões subsentenciais e aos *tokenings*.

² BRANDOM, *Making it explicit: Reasoning, representing, and discursive commitment*, p. 183, tradução nossa.

2. PRÁTICA DISCURSIVA, SENTENÇAS E SIGNIFICADO

Nesta seção, indicaremos como a prática discursiva confere significado às expressões sentenciais em virtude de o uso dessas expressões ser governado pelo compromisso inferencial. A ideia é que uma pessoa que conhece o sentido de um enunciado sabe como justificá-lo e sabe quais as consequências que dele se pode inferir.

Toda a discussão desta temática remete à Frege³. Com efeito, Brandom aponta para o horizonte do princípio do contexto, segundo o qual uma palavra só tem significado no contexto de um enunciado; aponta também para a ideia de conteúdo conceitual como aquilo que tem fundamento ou justificação, isto é, aquilo que é asserido e, finalmente, para a centralidade do enunciado. A prioridade do enunciado sobre suas partes permite assumir a discussão sobre o modo como falamos de objetos.

Falamos de objetos através das asserções que proferimos. É bem sabido, na linha da Ideografia de Frege⁴, que o significado de uma asserção encontra-se no seu potencial inferencial. As inferências que fazemos e as razões que apresentamos a partir e para justificar os enunciados definem, por isso mesmo, o que é uma asserção. De fato, Brandom logo no início do capítulo 7 de *Making it Explicit*, diz o seguinte: “somente o que tem conteúdo proposicional (é asserível ou crível) pode servir como premissa e conclusão — pode ser dado como razão e ter razões para dar — e, portanto, exercer uma função diretamente inferencial da espécie primária”⁵.

Mas, as asserções representam ou são acerca de objetos somente na condição de que suas partes constituintes, termos singulares e predicados (que tomados em si mesmo não tem função inferencial) denotem objetos e suas propriedades, respectivamente; de modo que o conteúdo conceitual dessas expressões subsentenciais se defina em termos da contribuição que fazem para a função inferencial e justificadora dos enunciados de que são partes. Um exemplo, talvez deixe claro o caso. Considere a seguinte inferência:

Benjamim Franklin inventou o bifocal.
Benjamim Franklin é o primeiro general do exercito dos E.UA.
Logo, o primeiro general do exercito dos E.U.A inventou o bifocal.

³ FREGE, *Sobre o Sentido e referência. In: lógica e filosofia da linguagem*, p. 129, tradução Paulo Alcoforado.

⁴ FREGE, *Begriffsschrift, a formula language, modeled upon that of arithmetic, for pure thought*, pp. 1-82

⁵ BRANDOM, *Making it explicit: Reasoning, representing, and discursive commitment*, p. 413, tradução nossa.

Aqui temos claro que o enunciado conclusivo se justifica em face das premissas apresentadas, enquanto que a substituição do termo singular (no caso o nome próprio), constante nas premissas, se justifica, por sua vez, pela descrição definida na conclusão, que preserva o potencial inferencial do enunciado conclusivo e, ao mesmo tempo, garante o reconhecimento e a identidade do objeto.

Uma teoria do significado, segundo Brandom, deve comportar uma justificação do enunciado na forma de autorizações (*entitlements*), e as consequências do mesmo enunciado na forma daquilo com que nos comprometemos quando sustentamos a asserção. Assim, ao asserir que “O primeiro general do exército dos E.U.A. inventou o bifocal”, assumimos o compromisso substitucional-inferencial que permite reconhecer o objeto (Benjamim Franklin) em termos da descrição (O primeiro general do exército dos E.U.A.), garantindo desta maneira a identidade do mesmo. De fato, segundo Brandom, o enunciado de identidade não trivial se torna proporcionalmente explícito (isto é, torna asserível) quando, através do compromisso substitucional-inferencial duas expressões (termos singulares) são ligadas⁶.

Contudo, este compromisso não é isolado, no sentido de ser um compromisso idiossincrático. Para Brandom, o significado de um enunciado procede da articulação das diversas perspectivas com as quais os falantes se comprometem numa rede de trabalho inferencial. Daí dois aspectos se destacam: o holismo inferencial e a função do *scorekeeping*.

O holismo inferencial decorre da idéia do compromisso substitucional como compromisso inferencial. Para Brandom, o conteúdo conceitual expresso por uma sentença depende de seu lugar na rede de trabalho inferencial relativo a outras sentenças⁷. Isto quer dizer que o conteúdo conceitual da sentença envolve uma rede de práticas linguísticas em que o falante está socialmente colocado. Mas como explicar a contribuição que o compromisso substitucional das expressões subsentenciais fazem ao potencial inferencial das sentenças, isto é, ao seu significado, se afinal o significado destas depende da rede de trabalho inferencial relativo a outras sentenças? É neste ponto que Brandom introduz a noção de interseção substitucional, que se encontra estritamente ligada à noção de *scorekeeping*.

⁶ Cf. BRANDOM, *Making it explicit: Reasoning, representing, and discursive commitment*, p. 426.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 426.

O problema, na verdade, decorre do fato dos objetos nos serem dados de diferentes maneiras. Assim, quando uma expressão (termo singular) nos dá um objeto, não está determinando que este seja o único modo de individualizá-lo. Pelo contrário, o compromisso substitucional-inferencial deixa em aberto possibilidades de individuação do objeto de diversas maneiras, desde que preserve o potencial inferencial da sentença. Acrescente-se a isso o fato de que não conhecemos o objeto por contato direto com o mesmo, mas por meio de descrições, daí a possibilidade de distintos conceitos se aplicarem ao mesmo objeto. Resultado, a rede de trabalho inferencial — no qual se encontra inserido o significado das sentenças — representa infinitos pontos de vista acerca do mesmo objeto. No entanto, como garantir que o conteúdo conceitual dos enunciados nos dê o objeto em sua identidade? A solução é a ideia de interseção substitucional: diferentes modos de se dar o objeto — que constituem diferentes cadeias inferenciais — através de termos singulares e diferentes pontos de vista inferenciais tendem a se interceptarem em um ponto que privilegia um elemento da cadeia como compatível e autorizado a firmá-lo como verdade. Portanto, a interseção substitucional-inferencial estrutura o conteúdo expresso pelo uso das sentenças⁸.

Essa interseção somente é possível se houver um mecanismo que garanta a sua existência e ao mesmo tempo promova um controle sobre a diversidade de interpretação das normas que governam o compromisso substitucional-inferencial. Tal mecanismo é o que Brandom chama de *scorekeeping*. É isto, então, que permite pôr um freio à infinita proliferação de pontos de vista inferenciais em torno do ato de asserir e garante a racionalidade pragmática do compromisso inferencial que governa o uso das expressões sentenciais.

3. PRÁTICA DISCURSIVA, EXPRESSÕES SUBSENTENCIAIS E COMPROMISSO EXISTENCIAL

Nesta seção vamos indicar como, de acordo com Brandom, a prática discursiva pode conferir significado às partes componentes das expressões sentenciais em virtude de seu uso ser governado pelo compromisso substitucional.

⁸ Cf. BRANDOM *Making it explicit: Reasoning, representing, and discursive commitment*, p. 431.

No tratamento deste aspecto destaca-se não mais o vínculo que as expressões subsentenciais têm com as sentenças, mas a relação que estas expressões têm com o compromisso existencial. Destaca-se por isso a problemática das descrições definidas, em particular das descrições definidas defectivas, como “O atual rei da França é careca”.

Brandom assume que o uso das descrições definidas, enquanto termos singulares que são, manifestam um compromisso substitucional. Este compromisso é fixado segundo o mecanismo do *scorekeeping* deôntico, de modo que a ocorrência de descrições definidas na prática discursiva seja tratada segundo seu significado pragmático. Este significado, importa ressaltar, diz respeito à intenção referencial que define a formação de termos singulares⁹.

Considerando que “intenção referencial” é uma coisa e “sucesso referencial” é outra, o uso das descrições definidas deve estar sujeito àquelas duas condições determinantes para a noção de sentido: autorizações (*entitlements*) e compromissos (*commitments*). Desse modo, o sucesso referencial de um termo singular emerge da sua autorização de uso na medida em que expressa um compromisso substitucional. Neste caso, descrições defectivas como “O atual rei da França” não tem o sucesso referencial, muito embora tenha intenção, pelo simples fato de que os utilizadores do termo não estão autorizados a expressar um compromisso substitucional.

Esta concepção, na verdade, traduz aquela exigência fregeana quanto à maneira como os objetos nos são dados através do uso dos termos singulares. Para Frege, um objeto para ser dado por meio da linguagem deve cair sobre um conceito e o conceito deve indicar que somente aquele objeto cai sobre ele, ou seja, a exigência de aplicação e de identidade, respectivamente¹⁰. Brandom sugere que um modo de atender essa exigência fregeana é tomar as descrições definidas como termos singulares cujo uso é governando pelo compromisso substitucional-inferencial. Mas até que ponto esse compromisso substitucional-inferencial remete ao compromisso existencial? De acordo com Brandom, o compromisso existencial é uma espécie de compromisso substitucional, relativo a, mas não idêntico ao compromisso substitucional envolvendo o uso de quantificadores¹¹. Com isto ele quer dizer que enquanto o compromisso

⁹ “Falar acerca de intenção referencial singular no uso de um termo singular é falar sobre a espécie de compromisso substitucional que alguém deve atribuir para que o que ela está fazendo seja contado como uso de uma expressão como um termo singular.” (*Idem, ibidem, p. 432*). Tradução nossa.

¹⁰ FREGE, *Os fundamentos da Aritmética: Uma investigação lógico-matemático sobre o conceito de número*, p. 7-10

¹¹ BRANDOM, *Making it explicit: Reasoning, representing, and discursive commitment*, p. 434.

substitucional é governado pelas normas dos compromissos-autorizações, segundo o mecanismo do *scorekeeping*, o compromisso existencial-quantificacional adota regras de substituição — universal e particular — mas sem assumir o compromisso que envolve a prática discursiva do uso dos termos singulares.

Quando, por exemplo, aplicamos a regra de instanciação universal que permite sair de $(x)Px$ para Pa , assumimos o compromisso com todas as expressões da forma Pa , o mesmo vale para a regra de generalização universal, isto é, quando de a inferimos $(x)Px$, estamos usando, dentro das regras do cálculo quantificacional clássico, o compromisso substitucional fazendo a generalização sem necessariamente nos comprometermos com a existência do objeto. Mas, de acordo com as regras que governam a prática substitucional-inferencial do uso das expressões subsentenciais nos enunciados, o compromisso substitucional deverá permitir, segundo a prática do *scorekeeping*, fixar um compromisso existencial mais restrito. Especificamente, o compromisso substitucional da espécie analisada por Brandom diz respeito aos sortais e aos designadores canônicos. Enquanto o primeiro é uma restrição quanto à espécie de objetos, o segundo é uma restrição quanto à espécie de expressão¹². Daí porque se afirma que o compromisso substitucional individualiza mais, isto é, restringe mais do que o compromisso existencial envolvendo o uso de quantificadores.

4. ANÁFORA E *TOKENINGS* IRREPETÍVEIS

Nesta seção indicaremos como Brandom analisa o caso do conteúdo conceitual dos *tokenings* (enunciações) não repetíveis. A idéia é que a prática discursiva confere conteúdo conceitual em virtude do uso dos *tokenings* serem governando por compromissos anafóricos.

Os assim chamados *tokenings* não repetíveis referem-se às expressões indexicais (Eu, aqui, agora) e aos demonstrativos (Este, aquele, aquilo), distintos, portanto, dos *tokenings* repetíveis, cujo exemplo são os nomes comuns e descrições.

¹² Cf. BRANDOM, *Making it explicit: Reasoning, representing, and discursive commitment*, p. 443.

Os *tokenings* respondem na literatura sobre teoria do significado¹³ pelo estabelecimento da natureza da relação palavra-mundo. De fato, na dualidade *Type-Tokens*, espaço especial tem sido dado aos *tokens* (ou signos ocorrentes) em detrimento dos *types* (signo abstrato do qual as ocorrências são exemplos). Brandom vai mais longe, haja vista que não somente prioriza os *tokenings* como põe em evidência o fenômeno da anáfora. Ele mostra que esse fenômeno intralinguístico permite esclarecer a regra do compromisso substitucional quando aplicada às indexicais e aos demonstrativos (os dêixis). Segundo ele,

[...] a capacidade dos pronomes de escolher uma referência de um antecedente anafórico é uma condição essencial para a capacidade de outros tokens (os quais podem servir como tal antecedentes) de ter as referências determinadas deiticamente. Dêixis pressupõe anáfora. Nenhum tokens pode ter o significado de demonstrativo a menos que outros tenham o significado de dependentes anafóricos; usar uma expressão como demonstrativo é usá-la como uma espécie de iniciador anafórico.¹⁴

Ora, para que um *token* seja anaforicamente dependente de outro é preciso herdar daquele que o antecedeu o compromisso substitucional que determina o significado de sua ocorrência. Mas a dependência anafórica não é substituição, é algo mais primitivo, no sentido de que estabelece o encadeamento entre as enunciações (eventos) não repetíveis e conteúdo repetível¹⁵. A cadeia anafórica, assim formada, pode envolver compromisso substitucional e, portanto, inferencial. Daí se poder concluir que os demonstrativos (enquanto dêiticos) não são autonomamente significantes, mas seu significado depende da sua conexão com outros *tokenings* através de processo anafórico.

Um problema com essa concepção diz respeito à identidade do compromisso inferencial inicial, ou seja, o problema da manutenção do compromisso do falante quando na cadeia anafórica esse compromisso é relatado por outro. O problema, especificamente é saber se os compromissos colaterais do relator não interferem na maneira como ele traduz o compromisso original. Na verdade, trata-se da questão do discurso indireto. De qualquer maneira, algumas teses de Brandom concernentes à questão oferecem algumas condições para o tratamento do problema, embora pareçam não resolvê-lo.

¹³ Cf. PUTNAM, *Reason, Truth and History*, PERRY, *Reflexivity, Indexicality and Names*. RECANATI, *Direct Reference: from language to thought*, KRIPKE, *Speaker's reference and semantic reference*, e outros.

¹⁴ BRANDOM, *Making it explicit: Reasoning, representing, and discursive commitment*, p. 462, tradução nossa.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 465

Para Brandom, por exemplo, toda a cadeia anafórica deve garantir o compromisso inicial da referência ao objeto, o que preserva em qualquer momento da cadeia o compromisso substitucional. Portanto, o contexto inicial deve ser preservado durante todo o processo, caso contrário, quebra-se a cadeia e inicia-se outra.

Contudo, uma cadeia anafórica não é traçada por uma única pessoa, ela necessita ser encaixada em uma coerente rede de trabalho na qual todos convergem para o mesmo iniciador anafórico. De fato, necessitamos do desenvolvimento anafórico para re-identificar o que foi referido por um indexical. Portanto, e nisto consiste o principal argumento de Brandom, a função dos indexicais e demonstrativos não se exaurem em suas ocorrências não repetíveis, eles têm que considerar a possibilidade de serem iniciadores anafóricos.

No entanto, não somente os indexicais e demonstrativos têm essa função. Brandom aponta para os nomes próprios como expressões que podem exercer essa função na medida em que se constituem como designadores rígidos. Assim, desde que a rigidez é um fenômeno anafórico por excelência parte-se para uma investigação de tal ponto na próxima seção.

5. NOMES PRÓPRIOS, SENTIDO E CADEIA ANAFÓRICA

Tendo ficado claro que o que faz um termo se referir a um objeto é a sua função como iniciador anafórico da cadeia, o qual representa, afinal, a garantia do compromisso substitucional, e tendo constatado que é em virtude dessas conexões anafóricas que os *tokenings*, demonstrativos e indexicais, podem ter a função conceitual, resta agora esclarecer como Brandom faz a relação entre o modo como os dêiticos obtêm conteúdo conceitual em virtude de serem governados pelo compromisso anafórico e os nomes próprios que, tal como os demonstrativos e os indexicais, são designadores rígidos.

A posição de Brandom frente à questão dos nomes próprios quer constituir-se numa terceira alternativa aos dois modelos normalmente discutidos na literatura filosófica: o modelo fregeano e o modelo kripkeano. Brandom, por isso, incorpora elementos de ambos as teses neste esforço. Assume, por exemplo, a ideia kripkeana¹⁶, segundo a qual nomes próprios são designadores rígidos, a partir do reconhecimento de que diferentemente das descrições definidas,

¹⁶ KRIPKE, *Naming and Necessity*, p. 48

os nomes são elementos em uma cadeia anafórica que se encontra ancorada em algum nome-*tokening* introduzido¹⁷. Contudo, os indivíduos aos quais os nomes próprios se referem não estão destinados a mudarem dependendo do contexto da locução, como ocorre com os indexicais, portanto, os nomes próprios têm comportamento distinto, isto é, revelam rigidez na maneira como fixam o referente. Ao mesmo tempo, partilha com Frege a ideia de que nomes próprios têm sentido e referência. De acordo com Brandom,

A cadeia anafórica contribui tanto para a função teórica, para a qual Frege postula sentido — eles são o modo pelo qual os objetos nos são dados —, como determina a referência para as expressões que lhes ocorrem (cujo sentido eles articulam).¹⁸

Ademais, na medida em que os nomes próprios, assim caracterizados, manifestam um potencial inferencial, haja vista, que o uso do nome próprio exige o compromisso substitucional com toda a cadeia anafórica, podemos falar de conteúdo conceitual ou sentido dos nomes próprios sem nos associarmos à ideia de sentido como descrição definida.

É claro que o utilizador do nome próprio não precisa ter consciência do uso original a fim de fundar o compromisso anafórico, tampouco é necessário, ressalta Brandom¹⁹, que o falante tenha a intenção de usar o *tokenings* para nos dar o mesmo objeto que o proferimento inicial almejava dar. O que é importante, segundo Brandom, é o fato do *scorekeeper* interpretar o proferimento do nome como designando o mesmo indivíduo na cadeia anafórica, “... pois é naquela cadeia que se determina que compromissos são empreendidos pelo proferimento e, portanto, seu significado pragmático”²⁰. Em fim, a atividade do *scorekeeping* deve garantir a uniformidade da cadeia.

Esta abordagem permite compreender porque o mesmo nome pode se referir a diferentes pessoas. Isso ocorre quando eles são ancorados em diferentes iniciadores da cadeia anafórica, e, portanto, se constituem em cadeias anafóricas distintas. Na verdade, esta concepção avança em relação à ideia de batismo inicial de Kripke²¹ e em relação à ideia de sentido de Frege²².

¹⁷ BRANDOM, *Making it explicit: Reasoning, representing, and discursive commitment*, p. 574

¹⁸ *Idem, ibidem* p. 572. Tradução nossa.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 574

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 574. tradução nossa.

²¹ KRIPKE, *Naming and Necessity*, p. 91

²² FREGE, *Sobre o sentido e a referencia*, p.132

Tomemos inicialmente o primeiro aspecto. A concepção de Kripke, segundo a qual o batismo inicial se constitui na origem histórico-causal do nome, quer explicar em última instância a tese de que a referência é determinada de acordo exclusivamente com fatores externos. Contudo, não assegura uma explicação satisfatória para os casos comuns do mesmo nome poder se referir a diferentes pessoas. É claro que o nome “Sócrates” refere-se causalmente ao filósofo grego, mas também pode se referir ao jogador da seleção brasileira na década de 1980. Com efeito, segundo Brandom, esta abordagem é um modo obscuro de falar acerca de espécies de cadeia anafórica que articulam *tokenings* de nomes próprios em estruturas recorrentes²³.

Entretanto, se ao invés de falarmos de cadeia histórico-causal, falarmos de cadeia anafórica, segundo as explicações mencionadas acima, casos onde há mais de uma pessoa nomeada por Sócrates — o filósofo e o jogador de futebol, por exemplo — podem ser explicados como sendo casos de múltiplas cadeias anafóricas. E arremata Brandom, “a multiplicidade de pessoas que podem se referir como ‘George’ é um fenômeno para ser compreendido como análogo ao modo pelo qual muitas pessoas podem ser referidas como ‘ela’”²⁴.

E, finalmente, avança no que se refere à ideia de sentido em Frege, pelo abandono do princípio da transparência epistêmica. Segundo este princípio, não podemos compreender dois diferentes sentidos sem conceber que eles são diferentes. Isto quer dizer na prática que somos conscientes acerca do uso de uma expressão de modo que compreendemos o pensamento expresso pelo uso, isto é, o sentido nos é epistemicamente transparente. Em outras palavras, o fato de uma pessoa falhar em conceber que o mesmo objeto nos é dado de diferentes maneiras ou que é o mesmo, apenas demonstra que essa pessoa é ignorante acerca do mundo, não que compreendendo os sentidos não venha a saber todas as coisas do objeto²⁵. Ora, a cadeia anafórica não pode garantir a transparência epistêmica²⁶. Conforme já dito, alguém pode partilhar de duas cadeias anafóricas sem conceber que elas estão articulando um mesmo ou diferentes objetos. Importa, neste sentido, salientar que na cadeia anafórica temos fortes crenças *de re* acerca dos objetos, mas de forma alguma certeza acerca do que falamos ou pensamos acerca dele.

²³ *Idem, ibidem, p. 470*

²⁴ BRANDOM, *Making it explicit: Reasoning, representing, and discursive commitment, p. 470*

²⁵ *Idem, ibidem, p. 571*

²⁶ *Idem, ibidem, p. 583*

Assim, nesta leitura que Brandom faz das teses dos nomes próprios tanto na tradição fregeana quanto no modelo kripkeano, transparece a prioridade da pragmática frente à semântica. Nesta condição, conceitos como cadeia anafórica, *scorekeeping*, autorizações e compromissos, iniciador anafórico, se prestam para validar pragmaticamente conceitos de natureza semântica como designador rígido, objeto, descrições definidas, sentido e referência. Revela, desse modo, uma abordagem que busca conciliar os modelos divergentes apresentando-os num contexto em que a prática discursiva é um evento pragmático-normativo por excelência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo do pragmatismo-semântico apresentado por Brandom em *Making it Explicit* tem um propósito ambicioso, ou ao menos, tem consequências, as quais contemplam o horizonte muito largo da filosofia da linguagem dos últimos tempos.

Os temas abordados neste artigo constituem-se em uma parte desse vasto horizonte em que aparecem as expressões sentenciais, subsentenciais, demonstrativos e nomes próprios. No tratamento destes temas manifesta a sua semântica inferencial a qual assevera que o valor semântico de uma expressão é determinado com base em sua contribuição semântica em argumentos.

De fato, de acordo com o que aqui foi apresentado, nossa prática discursiva apresenta diferentes propriedades inferenciais. Nesta questão perpassa o problema do significado e da referência, o problema de identidade, das propriedades, a validade dos princípios do contexto e da composicionalidade, além de toda problemática relativa aos nomes próprios, com efeito tem-se assim uma teoria intralinguística da constituição semântica de uma dada linguagem

Obviamente, o artigo não quis tratar de modo crítico-analítico de cada um destes temas, mas apenas apontar o tratamento oferecido por Brandom a estas questões, de modo a deixar claro o pensamento do filósofo no que tange a estas problemáticas. Com este propósito o texto é uma propedêutica a trabalhos mais extensivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDON, Robert. **Making it explicit: Reasoning, representing, and discursive commitment.** London. Harvard University press, 1998.

FREGE, Gottlob. *Sobre o sentido e a referência.* In: **lógica e filosofia da linguagem.** Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: EDUSP, 2009, pp. 129-158.

FREGE, Gottlob. **Os fundamentos da Aritmética: Uma investigação lógico-matemático sobre o conceito de número.** Trad. Luis Henrique dos Santos. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Coleção Os Pensadores.

FREGE, Gottlob. *Begriffsschrift, a formula language, modeled upon that of arithmetic, for pure thought.* In: VAN HEIJNOORT, J. (Ed.). **From Frege to Gödel.** Lincoln: to Excel Press, 1999, pp. 1-82.

RUSSELL, Bertrand. On denoting. In: **Logic and knowledge.** Cambridge: Cambridge University press, 1979, pp. 39-56.

KRIPKE, Saul. *Speaker's reference and semantic reference.* In: OSTERTAG, G. **Definite descriptions: a reader.** Massachussets: Massachussets institute of technology, 1998, pp. 222-256.

KRIPKE, Saul. **Naming and Necessity.** Cambridge: Harvard university press, 1980.

PUTNAM, Hilary. **Reason, Truth and History.** Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

PERRY, John. *Reflexivity, Indexicality and Names.* In: KUNNE, W; ANDUSCHUS, M.; NEWEN, A. (Eds). **Direct Reference, Indexicality and Proposition Attitudes.** Stanford: CA: CSLI-Cambridge University Press, 1997

RECANATI, François. **Direct Reference: from language to thought.** Massachusetts: Blackwell, 1997.